

ECO
23

Blas

UNIVERSIDADE
BIBLIOTECA

Impacto da Despesa Pública na Educação Primária em Moçambique

ROSIL MARIA LINO GUILHERME DIRUAI

Outubro de 2004

Faculdade de Economia
Universidade Eduardo Mondlane
Trabalho para Licenciatura em Economia

U. E. M. - ECONOMIA
R. E. 29.244
21 / 01 / 05
oferta

DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição educacional.

Maputo, 26 de Outubro de 2004

Rosil Diruui

(Rosil Maria Lino Guilherme Diruui)

APROVAÇÃO DO JÚRI

“Este trabalho foi aprovado no dia 26 de Outubro de 2004 por nós, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane, com 14 valores.”

[Assinatura]

(O Presidente)

[Assinatura]

(O Arguente)

[Assinatura]

(O Supervisor)

AGRADECIMENTOS

Tenho muito a agradecer as pessoas que contribuíram de uma forma directa e indirecta para que este trabalho de licenciatura se tornasse uma realidade. A todos eles vão os meus agradecimentos e apreço. Em especial, agradeço ao meu supervisor Constantino Marrengula que muito me ajudou, discutiu comigo vários aspectos relevantes para este Trabalho de Licenciatura. Tenho ainda a agradecer sua paciência e habilidade didáctica em transmitir a metodologia (e lições) para a realização do presente trabalho.

Do Meu sector de trabalho (Direcção Nacional do Plano e Orçamento – DNPO) quero agradecer as contribuições do dr. Adriano Ubisse do Gabinete de Estudo e do dr Amilcar Tivane no que diz respeito as discussões em torno da Despesa Pública e informação relevante para o assunto. Meu apreço vai também para dr. Albano Manjate, dr Eugénio Simbine e dr Carlos Sitão, que de uma maneira ou doutra contribuíram para a realização deste trabalho de Licenciatura.

Por outro lado quero agradecer pela compreensão, amizade, carinho e comentários ao longo de todo o processo de realização deste trabalhos, a amigos e colegas nomeadamente: Rita Nguenha, dr. Zaqueo Mavura, Amorim Pery, Ernesto Chaúma e o grande contributo da dra Sónia Cintura (Socióloga).

Por fim, agradeço aos meus colegas da turma de Economia do ano 1998 pela camaradagem e momentos académicos que passamos juntos, pelos debates e discussões que me ajudaram a consolidar os meus conhecimentos.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Alfredo Diruai e Rita Mucajo,

Meus irmãos,

*Abílio Diruai, Inocência Diruai, Guilherme Diruai, Odete Diruai e em memória de Elias
Diruai.*

Meus Sobrinho que são em conjunto um tesouro para mim

LISTA DE ACRÓNIMOS

- ACiPol**- Academia de Ciência da Polícia
EP1- Ensino Primário de Primeiro Grau
EP2- Ensino Primário de Segundo Grau,
ESG1 -Ensino Secundário Geral 1º Ciclo
ESG2 - Ensino Secundário Geral 2º Ciclo
GOM- Governo de Moçambique
ISRI- Instituto Superior de Relações Internacionais
MESCT- Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia
MINED- Ministério de Educação
MPF - Ministério de Plano e Finanças
OGE- Orçamento Geral do Estado
PARPA- Plano de Acção Para a Redução de Pobreza Absoluta
PEE- Plano Estratégico de Educação
PIB- Produto Interno Bruto
PRE - Programa de Reabilitação Económica
UEM- Universidade Eduardo Mondlane
UP- Universidade Pedagógica

LISTA DE GRÁFICOS e TABELAS

Gráfico nº 1 – Estudantes por nível de ensino primário (EP1 e EP2)

Gráfico nº 2 – Despesas nos sectores prioritários e não prioritários do PARPA

Gráfico nº 3 – Composição da Despesa Corrente nos Sectores Prioritários em 2001

Gráfico nº 4 – Evolução nominal das despesas totais nos sectores prioritários e no sector de Educação

Gráfico nº 5 – Percentagem da Despesa em Educação dentro das Despesas Totais, dos sectores prioritários e dentro do PIB

Gráfico nº 6 – Evolução do número de alunos, salas de aulas e de professores

Gráfico nº 7 – Taxas de Graduados, Repetentes e Desistentes (1998/2002)

Tabela nº 1 – Taxa de analfabetismo no ensino primário em Moçambique versu África Subsariana (1990-2000)

Tabela nº 2 - Evolução das Despesas Públicas (Valores nominais)

Tabela nº 3 – Análise Geral do Ensino Primário (EP1 e EP2)

Tabela nº 4 – Média de Repetentes e Desistentes por Zonas (1998 e 2002)

ÍNDICE

1	NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	2
1.1	INTRODUÇÃO.....	2
1.2	OBJECTIVOS E IMPORTÂNCIA DO TEMA	3
1.3	METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	3
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1	A PRESENÇA DO ESTADO NA ECONOMIA	6
2.2	FALHAS DE MERCADO.....	8
3	SISTEMA DE EDUCAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	9
3.1	DESEMPENHO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO PÓS COLONIAL	11
4	DESPESAS PÚBLICAS EM MOÇAMBIQUE.....	13
4.1	ESTRUTURA DA DESPESA PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO, SUA EFICIÊNCIA E EFICÁCIA	17
5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	24
5.1	CONCLUSÕES	24
5.2	RECOMENDAÇÕES	24
6	BIBLIOGRAFIA.....	26
	ANEXO Nº 1.....	29
	ANEXO Nº 2.....	31
	ANEXO Nº 3.....	34

Procurou-se nesse estudo reunir todos esses elementos para dar uma visão mais abrangente da eficiência e eficácia da despesa no sector da educação. Assim sendo, foi feito um levantamento bibliográfico que inclui na sua essência relatórios, publicação, artigos e todo o material publicamente editado sobre a Despesa Pública e sobre o sector da Educação em Moçambique, e a selecção de material básico incluindo a Legislação existente sobre a questão.

1 Notas Introdutórias

1.1 Introdução

O desenvolvimento do capital humano é necessário para o aumento da produtividade dos trabalhadores nos diversos sectores da economia. O fortalecimento do empresariado nacional, empresários dinâmicos pressupõe um certo nível educacional, uma certa familiarização com práticas modernas de gestão, planeamento, controle de custos; uma mão-de-obra saudável, bem formada e disciplinada.

“A educação ocupa um lugar de mérito, actuando directamente na criação e expansão das capacidades/habilidades humanas, que também contribuem decisivamente para o crescimento económico inclusivo e abrangente. (GOM; 2001-2005:42).”¹

Deste modo, um dos objectivos prioritários do País é de alcançar educação de qualidade para todos. Assim, com o restabelecimento de paz em 1992, Moçambique iniciou o processo de recuperação económico e social, no qual se destacava a reabilitação e reconstrução de escolas destruídas ou danificadas durante o período de guerra e o gradual aumento de acesso à Educação.

Em resposta às exigências da economia no sentido de se fazer um maior investimento nos recursos humanos e às expectativas dos cidadãos moçambicanos em relação a maiores oportunidades educativas, transformou-se a expansão e a melhoria da educação básica num elemento central de estratégia de desenvolvimento.

De facto, investimento na educação contribui para a redução de pobreza, pois garante uma maior justiça social e incentiva investimento privado nacional e internacional.

Mas entretanto, segundo PEE² 1997/2001, constatou-se a existência de três grandes problemas fundamentais no sistema educativo moçambicano. Nomeadamente:

¹Governo de Moçambique no seu documento: PARPA- Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta

² PEE- Plano Estratégico de Educação

- Acesso limitado às oportunidades educativas;
- A fraca qualidade de Ensino; e
- O custo e sustentabilidade de uma significativa expansão e melhoria do sistema de educação (fraca eficácia e eficiência no uso de recursos disponíveis).

1.2 Objectivos e Importância do Tema

No horizonte temporal de 6 anos (1998 à 2003), pretende-se com esse trabalho avaliar o impacto da despesa pública e o desempenho do sector da educação, no que diz respeito a eficiência e a qualidade na prestação de serviços educativos no ensino primário em Moçambique.

Este trabalho é importante não só porque estuda o impacto das despesas públicas e a resposta do sector da educação face a estas despesas, mas também de um modo servirá para os fazedores de política neste sector como um guião para a formulação das suas estratégias futuras para a melhoria do ensino.

1.3 Metodologia de Análise

A essência do presente trabalho de investigação assenta na análise qualitativa e quantitativa da literatura teórica e empírica relevante para o assunto. Na verdade, apesar de não ter havido ainda um estudo concreto sobre o Impacto da Despesa Pública na Educação em Moçambique, muito existe em termos de escritos que, de algum modo abordam a questão nessa perspectiva.

Este trabalho é meramente descritivo. Para análise de eficiência que é a relação entre insumos e produção, tem como indicadores os rácios aluno-professor, aluno-sala de aula e professor-sala de aula, e para a análise da eficácia que se refere aos resultados finais, tem como indicador a taxa de aproveitamento escolar.

2 Revisão de literatura

Esta secção introduz o quadro analítico da intervenção e actuação do Estado na economia, intervenção e actuação estas que passam, basicamente pela realização de despesas e arrecadação de receitas públicas. Falar-se-á de como e porquê da intervenção do Estado na economia, da importância ou necessidade de uma educação de qualidade em Moçambique.

As despesas públicas têm importância em corrigir as falhas de mercado, provisão de bens públicos e também como instrumento de redução da pobreza.

No período logo após a independência, a ordem económica em Moçambique, assentou no controle estatal dos meios de produção e distribuição. O papel do sector privado na produção e distribuição de bens foi considerado secundário e subordinado à direcção do Estado. É desta forma que o Estado pretendia dirigir centralmente a afectação e distribuição de recursos na economia, de modo a assegurar a produção de bens estratégicos para o desenvolvimento e a satisfação das necessidades básicas da população.

Numa economia de mercado, os agentes económicos são livres de exercer qualquer actividade, desde que cumpram com as leis em vigor, e o Estado não participa como norma na produção de bens, nem dirige directamente a actividade económica dos sujeitos económicos privados.

O sector privado, incluindo o sector familiar, assumem o papel de motor do crescimento económico, devendo ao Estado apenas criar condições propícias para o seu desenvolvimento, através de:

- criação de um enquadramento legal e administrativo transparente, que proteja os direitos de propriedade e permita a resolução de conflitos;
- manutenção de um ambiente macroeconómico estável, que incentive a poupança e o investimento;
- A reabilitação e construção de infra-estruturas económicas (estradas, pontes, escolas, postos de saúde, abastecimento de água rural, etc.), que permita o desenvolvimento

de actividades produtivas, estimule o investimento e garanta uma expansão do capital humano.³

As reformas económicas liberalizantes introduzidas no âmbito do Programa de Reabilitação Económica – PRE constituem a concretização prática da nova filosofia de intervenção e actuação de Estado na economia.

2.1 A Presença do Estado na Economia

De acordo com Sousa Franco (1996), o tipo de intervenção do Estado na Economia, é determinada pela doutrina ou ordem económica e social estabelecida, Ordem esta que poderá ser mais ou menos Liberal, incorporar elementos socialistas ou mesmo definir-se inclusivamente como comunista.

A intervenção do estado define, no fundo, as funções gerais do Estado e o tipo de sociedade que se pretende construir.

O Estado pode intervir na economia através de:

a) *Ordenação económica* que é a concretização na constituição e legislação da doutrina económica. É através desta que o Estado estabelece os princípios gerais que norteiam a sua intervenção na economia, ela delimita o campo de acção do Estado e dos diferentes sujeitos económicos.

b) *Intervenção Económica*: refere-se a acções do Governo que visam alterar a actuação ou comportamento dos agentes económicos sem, contudo modificar o quadro geral da actividade económica.

Esta intervenção não implica, contudo decisões directas sobre a utilização dos bens e serviços, as quais são deixadas ao critério dos agentes económicos privados, não implicam uma actuação do Estado como sujeito económico.

³ Sousa Franco, A.L. (1996), Finanças Públicas e Direito Financeiro, Vol. I, pp.7-13

c) *Actuação económica* dá-se quando o Estado se assume como agente económico, neste caso o Estado dispõe de bens económicos, afectando-os a necessidades sociais que pretende ver satisfeitas.

Incluem-se nesta categoria a produção de bens e serviços, o investimento público, a administração da justiça, a defesa, a contracção de empréstimos e a compra ou venda de acções numa empresa.

É através da actuação económica que o Estado oferece bens e serviços de educação, satisfazendo deste modo a necessidade pública em Educação.

O mercado nem sempre garante a provisão de determinados bens e serviços, ou fá-lo de forma inadequada. No geral, a realização de despesas por parte do Estado satisfaz necessidades públicas e influencia a afectação de recursos entre bens públicos e privados, consumo e investimento, e entre diversos sectores da economia.

As opções em termos de distribuição das despesas segundo Tiago Sequeira Wandschneider, têm privilegiado os bens públicos e as áreas com fortes Externalidades positivas para o desenvolvimento económico e social do País. Em Moçambique, estas vão para os sectores da educação, saúde, água potável e reabilitação de infra-estruturas.

O *primeiro teorema fundamental da teoria de bem estar*, diz que numa economia com mercados perfeitos⁴ o livre funcionamento do mercado garante uma afectação óptima de recursos, traduzindo a um equilíbrio óptimo de pareto⁵.

Neste contexto, e numa perspectiva clássica, qualquer intervenção do Estado implica um afastamento de uma solução eficiente e, portanto, óptima, a sua intervenção é indesejada, pois conduz a uma afectação ineficiente de recursos.

⁴ Mercados perfeitos são caracterizados pela existência de concorrência perfeita, informação perfeita, ausência de externalidades bens públicos e rendimentos constantes a escala

⁵ óptimo de pareto ocorre quando não existe uma afectação de recursos alternativos que melhore a situação de um ou mais agentes económicos sem simultaneamente prejudicar um ou mais agentes económicos. Primeiro teorema fundamental da economia do bem estar.

O *segundo teorema fundamental da economia do bem-estar*, diz-nos que se redistribuir as dotações iniciais de recursos entre os dois indivíduos e deixar o mercado funcionar livremente, atingir-se-á também uma afectação eficiente de recursos – um óptimo de pareto.

Qualquer que seja a distribuição inicial de recursos, conduzirá a uma afectação eficiente dos mesmos, se não houver interferência do Estado no funcionamento descentralizado do mercado, em que compete aos agentes económicos tomar livremente as suas decisões sobre o quê, como e quando produzir e consumir. O Estado poderá, portanto, influenciar a distribuição dos recursos na economia, sem contudo prejudicar a eficiência económica do mesmo.

2.2 Falhas de Mercado

De acordo com Sousa Franco (1996), os mercados raramente se caracterizam pelas condições acima referidas. As situações de concorrência imperfeita, acesso privilegiado à informação por parte de alguns agentes económicos ou mesmo a ausência de informação são características dos mercados modernos. São as consideradas falhas de mercado, as *externalidade* e os *bens públicos*.

Em presença destas falhas, o mercado não conduz a uma afectação eficiente dos recursos, é nestas situações que se espera a intervenção do Estado para corrigir estas falhas, conduzindo deste modo a uma afectação mais eficientes dos recursos do que aquela que resultaria se, se deixasse o mercado operar livremente.

Estamos na presença de uma externalidade quando existe um efeito externo associado a uma actividade de consumo ou produção, efeito este que é sentido por terceiros mas não se encontra sujeito a nenhuma transacção de mercado, não tem associado um preço.

Isso quer dizer que, o agente económico cuja acção tem um efeito externo positivo (*externalidade positiva*), não é compensado pelos benefícios que gera; do mesmo modo, que um agente económico cuja acção gera um efeito externo negativo (*externalidade negativa*), não é penalizado pelos custos que impõe a terceiros.

A educação de um indivíduo é exemplo de uma actividade geradora de externalidade positiva, já que a sociedade em geral beneficia de um maior nível de instrução da população (através, de um aumento da produtividade e competitividade da economia, ou de uma menor propagação de doenças devido aos maiores cuidados individuais de saúde e higiene de uma população instruída); o indivíduo, contudo não é compensado pelos benefícios sociais da sua educação.

Sendo a Educação essencial para um rápido crescimento económico, uma vez que expande a qualidade e quantidade do capital humano no processo de produção assim como a capacidade de absorver novas tecnologias, é indispensável a presença do Estado na correcção das falhas de mercado na educação.

O acesso à Educação contribui directamente para o desenvolvimento humano, aumentando as capacidades e oportunidades para os mais desfavorecidos, promovendo maior equidade social, regional e de género.

O conhecimento é um meio indispensável para a elevação das condições de vida do homem, por isso a necessidade da presença do Estado para oferecer Educação para todos.

3 Sistema de Educação em Moçambique

Objectivo principal desta parte do trabalho é de dar um panorama geral da organização e estruturação do sistema de educação em Moçambique. Assim, ela se estrutura em ensino pré-escolar⁶, ensino escolar e ensino extra escolar⁷.

Ensino Escolar

a) Ensino Geral

⁶ pré-escolar -são as creches e jardins de infância com crianças com menos de 6 anos
⁷ extra escolar corresponde às actividades de alfabetização e aperfeiçoamento

Este nível de ensino compreende o ensino primário e secundário geral, onde o ensino primário compreende as primeiras 7 classes, que se subdivide em dois graus EP1 e EP2, e o ensino secundário geral compreende 5 classes, subdivididos em dois níveis ESG1 e ESG2, como se segue:

- ensino primário do 1º grau ou EP1— da 1ª à 5ª classe,
- ensino primário do 2º grau ou EP2— da 6ª à 7ª classe,
- ensino secundário geral 1º ciclo ou ESG1— da 8ª à 10ª classe,
- ensino secundário geral 2º ciclo ou ESG2— da 11ª à 12ª classe.

De acordo com o Ministério do Plano e Finanças e Ministério da Educação (Julho,2003), em princípio as crianças devem iniciar o EPI com 6 (seis) anos de idade e, idealmente terminar o ESG2 com 17 anos.

b) Ensino técnico-profissional

Este ensino compreende o seguinte:

(i) elementar que é equivalente a EP2,, (ii) básico e (iii) médio que duram três a quatro anos respectivamente, cobrem três áreas de especialização nomeadamente agricultura, indústria e comércio e são equivalentes ao ESG1 e ESG2.

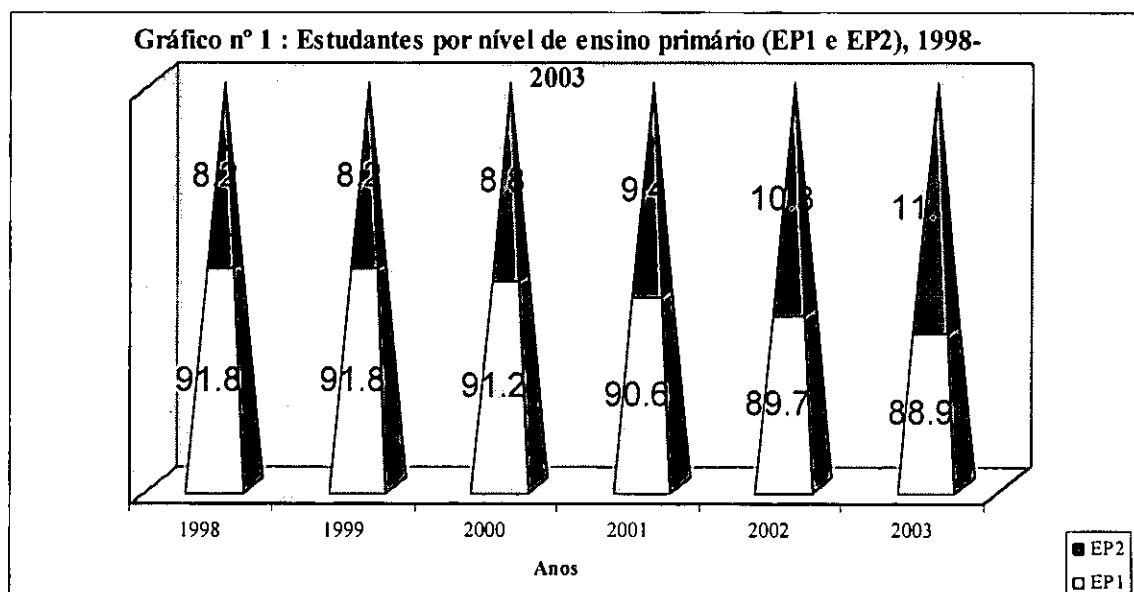
Para a formação de professores, administrados pelo MINED, existem para as escolas primárias duas categorias: (i) nível básico – Centros de Formação de Professores Primários (CFPP) onde para o seu ingresso é necessário completar a sétima classe do EP2; (ii) nível médio – Institutos de Magistério Primário (IMAP) para frequentar esse instituto é necessário possuir a 10ª classe do ESG1.

c) Ensino Superior

Contrariamente ao ensino geral e ao ensino técnico-profissional, que são da responsabilidade do Ministério de Educação (MINED), as instituições de ensino superior são da responsabilidade do Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT). Este ensino é ministrado por quatro instituições públicas (Universidade Eduardo Mondlane – UEM, Universidade Pedagógica - UP, Instituto Superior de Relações Internacionais - ISRI e Academia de Ciência da Polícia – ACiPol) e seis privadas.

Para melhor análise, o trabalho vai centrar o seu foco no ensino geral, especificamente o ensino primário do 1º e 2º grau (EP1 e EP2) respectivamente.

O sistema de ensino tem uma base ampla a nível de EP1 mas, estrangula-se de forma brutal na EP2 que é o segundo nível do ensino primário, o que pode ser facilmente justificado por elevados níveis de abandono escolar e reprovações nos primeiros anos de ensino. (Ver no gráfico abaixo).



Fonte: MINED

O gráfico visualiza as percentagens de EP1 e EP2 no período compreendido entre 1998 e 2003. Como se pode ver em média 91% de alunos é absorvido por EP1, enquanto que somente 9% é absorvido por EP2, por razões acima explicadas.

3.1 Desempenho da Educação no período Pós Colonial

De acordo com MPF e MINED (2003), o perfil educacional em Moçambique até o fim do período colonial era extremamente baixo. Estima-se que, em 1975 (ano da independência de Moçambique), a taxa de analfabetismo se situava em 90%, o que obrigou de certa medida ao primeiro Governo de Moçambique a montar uma campanha de alfabetização, onde tornou o ensino obrigatório para as crianças com idades entre os seis e doze anos. Como consequência

disso durante a década de 80, a taxa de analfabetismo foi reduzindo progressivamente chegando a 66,5%.

Moçambique foi assolada por guerra e uma crise económica acentuada de 1975 à 1992, provocando deste modo, uma regressão no ensino, em particular nas zonas rurais onde a guerra foi mais devastadora.

De acordo com os dados da UNESCO 2002, a taxa bruta de escolarização no ensino primário sofreu uma deterioração assinalável, de 99% em 1980 para 67% em 1990, tendo continuado a declinar durante os anos de 90 atingindo apenas 60% em 1995.

Com o fim da guerra, em 1992, as condições sócio-económicas no país foram melhorando progressivamente fazendo-se sentir os seus resultados nos indicadores educacionais, nas taxas brutas de escolarização nos ensinos primários e secundários que se têm vindo a acentuar no início do novo milénio.

Comparativamente as taxas dos países da África Subsariana, é de notar que as taxas de analfabetismo dos adultos, em particular das mulheres, e a taxa líquida de escolarização primária de Moçambique se situam aquém da média dos países da África Subsariana, como é demonstrado no quadro abaixo.

Tabela 1: Taxa de analfabetismo no ensino primário em Moçambique Verso África Subsariana (1990-2000)

	1990	1995	2000	África Subsariana 2000
Taxa de analfabetismo dos adultos (%)				
Total	65	60	56	39
Mulheres	82	77	71	48
Homens	48	42	40	31
Ensino primário	67	60	85	81

Fontes: Banco Mundial, estatísticas de educação disponíveis no website www.worldbank.org/edstats; UNESCO, 2002

4 Despesas Públicas em Moçambique

O programa de despesas públicas é um instrumento de política económica e social, com implicações quer ao nível micro quer ao nível macro. Em termos macroeconómicos a questão que se coloca é a do nível de despesas públicas e a relação com a política orçamental. E a nível micro económico, que será usado como base para este o trabalho, as questões prendem-se com o nível e composição das despesas públicas em cada sector bem como entre os diferentes sectores.

A classificação económica das Despesas Públicas baseia-se num sistema codificado que distingue dois tipos de despesas: Despesas Correntes e Despesas de Capital incluindo Operações Financeiras.

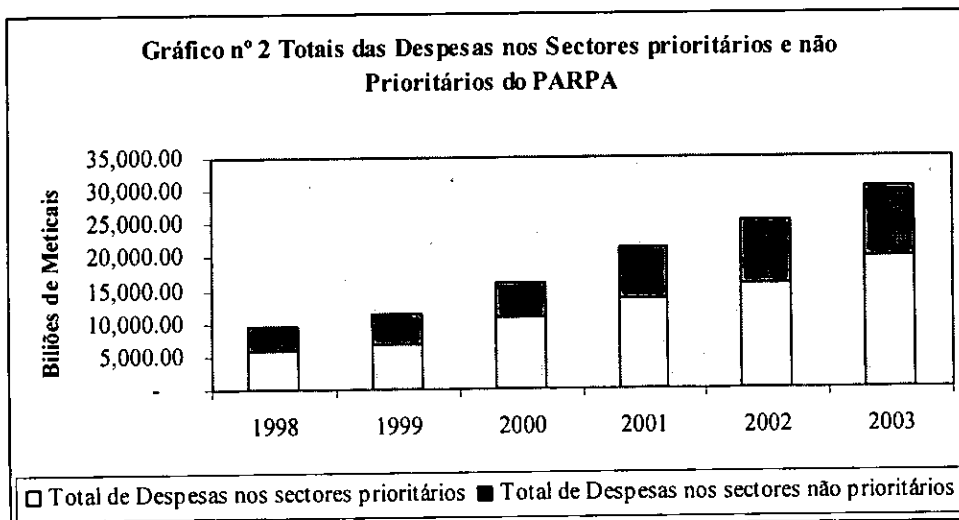
São consideradas Despesas Correntes, as despesas com pessoal, os bens de consumo corrente e serviços necessários ao funcionamento das instituições, os encargos da dívida interna e externa, as transferências e subsídios acordados aos agentes económicos e outras despesas.

As Despesas de Capital englobam as despesas com a aquisição, ampliação ou melhoria (grandes reparações que conduzem à extensão da vida útil) de bens duradouros utilizados repetida e continuamente na produção de bens ou serviços, sem que dessa utilização resulte alteração significativa da estrutura técnica desses bens.

As operações Financeiras cobrem transacções efectuadas pelo Governo que conduzam à variação dos seus activos e passivos.

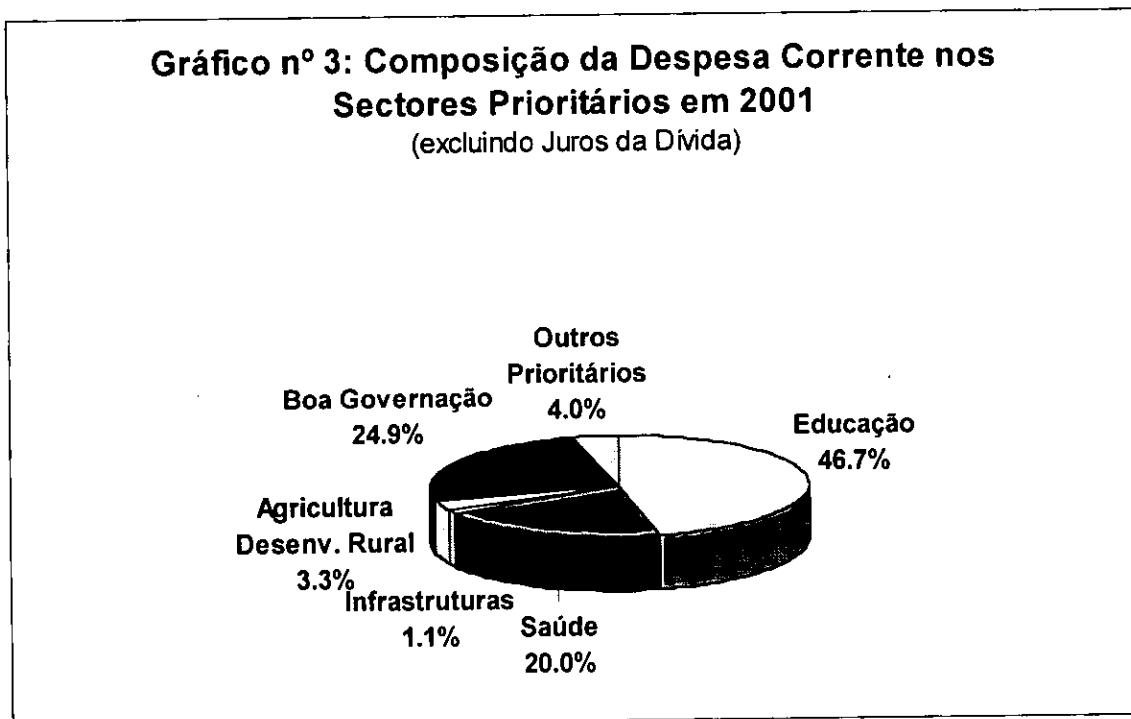
As despesas gerais do Estado na economia estão a crescer a um ritmo considerável, é de notar que de 1998 à 2003, as despesas do estado subiram em média 26.2% e em termos nominais passou de 9,636.0 em 1998 para 30,481.3 biliões de meticais em 2003 (Ver tabela nº 2).

Do total das Despesas Globais, maiores fatias são direccionadas para os sectores prioritários do PARPA (Ver anexo nº1) e gráfico nº 2.



Fonte: MINED

Destas despesas direccionadas ao sector prioritário a Educação anualmente tem recebido a maior fatia, precedido da Boa Governação e do sector da Saúde mostrando-se assim a grande vontade do melhoramento em dos serviços de educação e saúde no País (Ver gráfico nº3 e anexo 2 Mapas A).



Fonte: MPF, 2001

Não obstante, a despesa pública no sector de Educação a preços correntes ter aumentado cerca de 3.822 biliões de meticais, que corresponde a 274.8% no período compreendido de 1998 à 2003, que por sua vez corresponde a um crescimento médio anual de 33.9%. É de realçar que este crescimento das despesas no sector da educação é superior em relação a média do aumento das despesas totais do Estado que é de 26.2%. (ver anexo 2 Mapa B)

A tabela nº 2 abaixo mostra que o sector da Educação consumiu 11% das despesas totais do Estado em 1998, e foi tendo um ritmo crescente atingindo o seu pico em 2001 quer a nível das despesas totais em 18.1%, a nível das despesas dos sectores prioritários em 28.1% bem como a nível do PIB em 5.4%. Em 2002 começou a ter um ritmo decrescente resultante da contribuição do Estado na recapitalização dos bancos, emitindo obrigações de tesouro criando deste modo um impacto nos serviços de dívidas o que resultou na redução das despesas nos sectores da economia. (ver anexo nº 2 Mapa A).

Tabela 2: Evolução das Despesas Públicas (valores nominais)

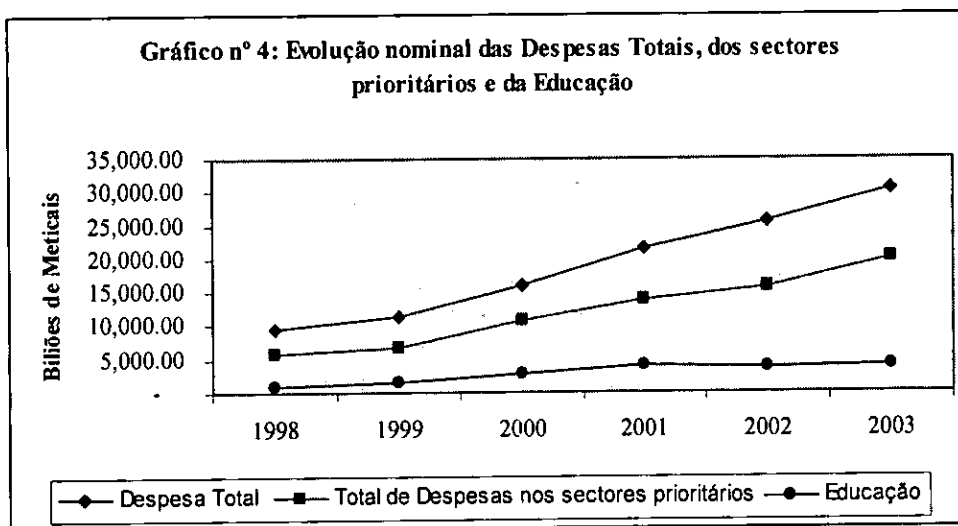
	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Despesa Total	9,635.97	11,484.61	15,965.56	21,415.01	25,541.38	30,481.32
Total de Despesas nos sectores prioritários	5,906.43	6,903.95	10,794.75	13,774.15	15,663.26	19,898.49
Educação	1,058.97	1,411.99	2,727.43	3,874.48	3,576.87	4,123.58
Outros sectores prioritários	4,847.46	5,491.96	8,067.32	9,899.67	12,086.39	15,774.91
Outros sectores da Economia	8,577.00	10,072.63	13,238.14	17,540.53	21,964.51	26,357.74
PIB nominal	46,911.78	51,913.23	56,917.36	71,134.76	85,206.00	106,750.07
% da Educação						
No Total das Despesas	11.0	12.3	17.1	18.1	14.0	13.5
No Total das Despesas nos sectores priorotários	17.9	20.5	25.3	28.1	22.8	20.7
No PIB	2.3	2.7	4.8	5.4	4.2	3.9

Fonte: MPF, 1998,1999,2000,2001,2002

A escassez de recurso é um dos constrangimentos que supera a boa vontade do Estado, limitando-o na capacidade de oferecer o acesso de ensino para todos.

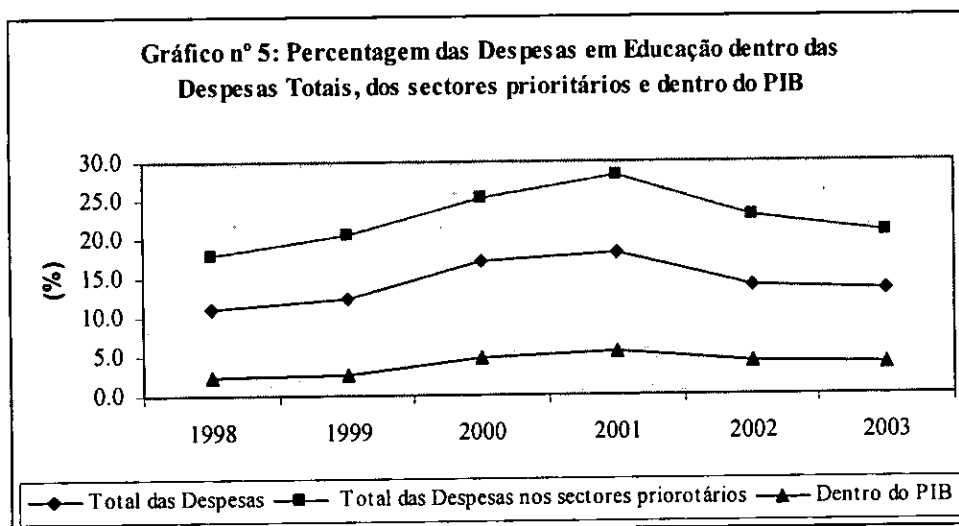
O panorama acima descrito mostra a grande preocupação que o Estado tem levado a cabo para garantir a educação para todos em quantidades e qualidade. A análise da despesa pública na educação é reforçada pela representação gráfica, no gráfico nº 4.

Assim no gráfico abaixo, pode-se ver que tanto as despesas totais do Estado nos sectores prioritários como na educação evidencia-se um ritmo de crescimento ligeiramente acentuado de ano para ano. Tem uma taxa média de crescimento anual de 26.2% para despesas totais, de 28.3% para sectores prioritários e de 33.9% para o sector da educação (Ver anexo 2).



Fonte: MINED

Continuando a observação gráfica, constata-se que a participação das despesas de educação como percentagem das despesas totais, no sector prioritário e como percentagem do PIB teve no primeiro momento (1998 à 2001) um ritmo crescente chegando a atingir o seu pico em 2001, e deste ano para 2003 evidenciaram uma tendência decrescente.



Fonte: MINED

A forma percentual de apresentação de dados (vide gráfico nº 5), realça a tendência de crescimento da despesa pública no sector da Educação.

4.1 Estrutura da Despesa Públicas na Educação, sua eficiência e eficácia

A educação, como parte de um pacote alargado de políticas redistributivas, reduz as disparidades no rendimento; que por si só, ela promove a participação na sociedade e no sistema político dos indivíduos pertencentes as camadas mais vulneráveis da população.

Refira-se que nestas camadas encontramos maioritariamente mulheres, camadas vulneráveis, órfãos, indivíduos com incapacidades e população rural.

Nesta secção, a análise centra-se na distribuição intra-sectorial da despesa pelos diferentes subsectores ou níveis do sistema de educação com excepção do ensino superior, mostrando a sua eficiência e eficácia.

Entende-se por *eficiência*, a relação entre os insumos e a produção. Um sistema que pode produzir mais para um dado nível de insumo é considerado mais eficiente. Neste caso da educação, a *eficiência* pode ser medida através de rácios entre os alunos matriculados e diversos insumos secundários, como: professores, as salas de aula, e o material didáctico.

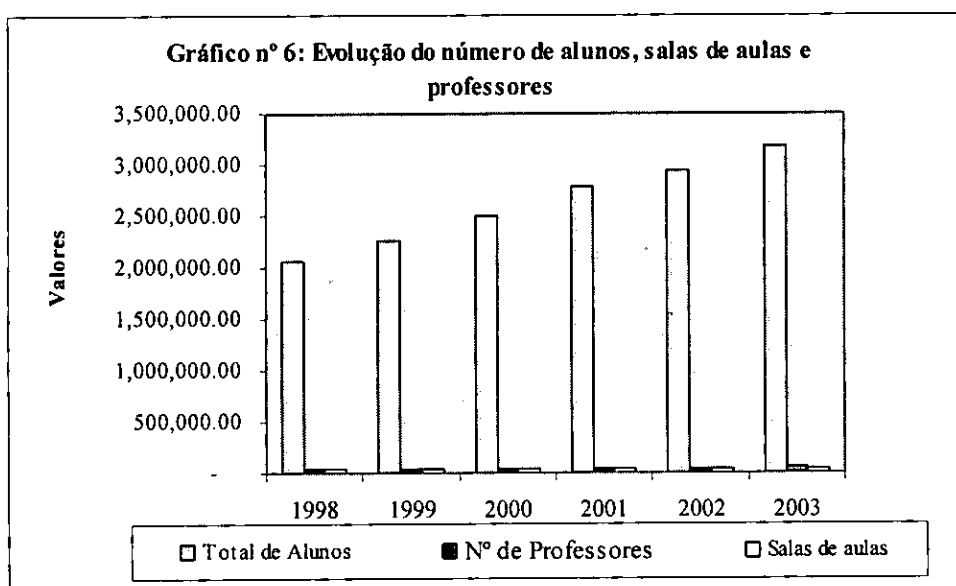
A *eficácia* refere-se à obtenção dos resultados finais. Na educação, o resultado final está ligado aos objectivos do ensino, ou seja a aprendizagem e o nível de aproveitamento dos alunos. A eficácia na educação é medida por indicadores como as taxas de finalização, os custos do ciclo, custo por graduado e as taxas de aproveitamento escolar.

A educação tem sido desde 1998 à 2003 a maior categoria nas despesas correntes e segunda maior categoria das despesas de investimento depois do sector de estradas, (Anexo nº 2 Mapa B e C).

O objectivo do Estado, no sector de Educação, é de possibilitar a escolaridade primária universal e o de melhorar a eficiência e a qualidade de ensino. De facto, tem demonstrado o seu compromisso, aumentando e melhorando as oportunidades educativas, através do aumento das parcelas de educação no Orçamento de Estado dentro dos sectores prioritários que passou de 41.9% em 1998 para 46.7% em 2001⁸.

A despesa pública neste sector aumentou, mas foi aquém da procura por ensino o que se traduz numa ineficiência do sistema de ensino primário em Moçambique.

Estes aumentos de despesa na Educação, reflectiu numa evolução de número total de alunos, bem como salas de aulas e professores, satisfazendo deste modo, em parte à procura por ensino em Moçambique nos últimos 6 anos (Ver anexo nº 3). Entretanto, não existe uma correlação entre a evolução de números de alunos face ao número de salas de aulas e de professores, como se visualiza no gráfico a seguir.



Fonte: MINED

Como se pode ver, no gráfico acima, assim como na tabela nº 3, o aumento de salas de aulas e de professores não acompanha o aumento de alunos no ensino primário, criando deste modo uma ineficiência no ensino em Moçambique.

⁸ Dados trabalhados a partir do anexo 2 Mapa A

Ano após ano, a procura por educação em Moçambique tem aumentado a um ritmo que não é absorvido pelos serviços do sector de educação. O sector de educação não consegue satisfazer essa procura, e na tentativa de satisfazê-la, ela peca no sentido de oferecer serviços não de qualidade, serviços ineficientes.

De acordo com MPF e MINED (2003), recomenda-se geralmente que os rácios alunos/professores ou alunos/turma, não sejam superiores a 40-45, isso para garantir um maior contacto entre alunos e professores.

A tabela nº 3 mostra que este parâmetro não está a ser observado, o rácio professor/aluno tem vindo a aumentar consideravelmente, mostrando deste modo pouco contacto entre o professor e aluno no ensino primário (EP1 e EP2), o que a prior pode-se deduzir que a qualidade do ensino é fraca, traduzindo numa ineficiência do ensino primário em Moçambique.

Embora haja crescimento do número de professor neste nível de ensino, este não é proporcional ao crescimento do número de aluno, por conseguinte observa-se uma superlotação nas salas de aulas (tabela 3), cargas horárias excessivas para os professores, o que pode contribuir para a baixa de qualidade de ensino.

A falta de incentivos, condições de trabalho, enquadramento atempado nas carreiras profissionais, baixo nível salarial, atrasos sistemáticos na alocação de salários, e outros são de entre várias causas o que contribuem para a fraca aderência a profissão de professor.

De 1998 à 2003, a relação alunos/salas de aulas tem vindo a deteriorar criando dificuldade no domínio da turma por parte do professor acrescentando deste modo a deficiência do sistema de ensino.

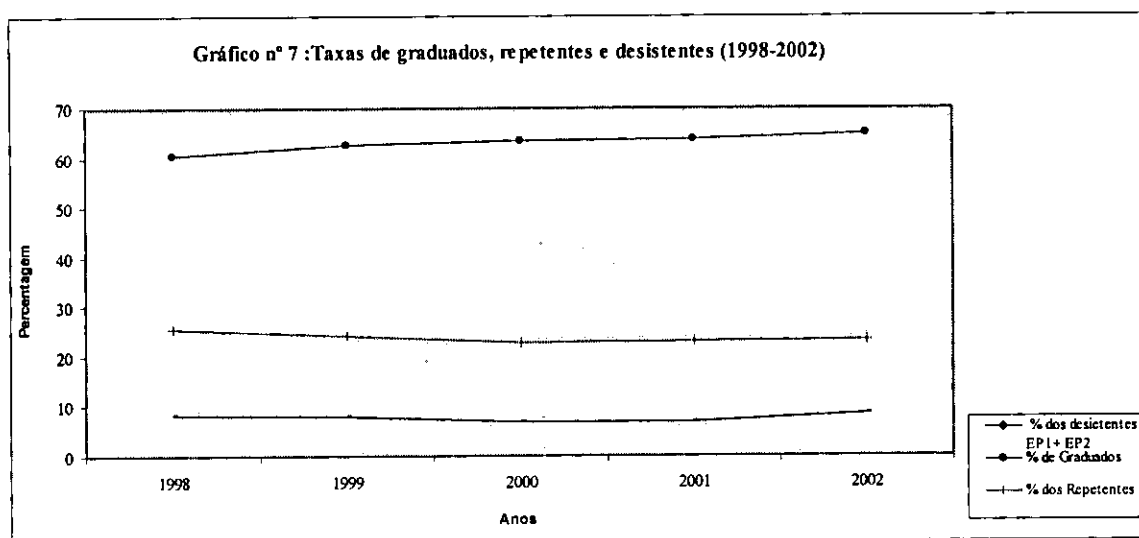
Tabela nº 3: Análise Geral do Ensino Primário (EP1 + EP2)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total Início - Total de Alunos	2,053,689.00	2,260,986.00	2,496,996.00	2,770,258.00	2,947,269.00	3,177,937.00
Nº de Professores	36,651.00	39,794.00	42,361.00	46,089.00	48,397.00	54,091.00
Salas de aulas	35,053.00	37,339.00	38,686.00	41,548.00	44,896.00	45,886.00
Aluno/Professor	56.0	56.8	58.9	60.1	60.9	58.8
Aluno/Sala de aula	58.6	60.6	64.5	66.7	65.6	69.3
salas de aulas/Professor	1.0	0.9	0.9	0.9	0.9	0.8

Fonte: MINED

O rácio salas de aulas/professores é em média inferior a 1, o que significa que existe menos de um professor disponível por turma, traduzindo em fraco contacto aluno/professor, provocando deste modo a fraca percepção da matéria por parte dos alunos levando-os muitas vezes a repetência assim como a desistência.

O anexo nº 4 e o gráfico abaixo mostram a evolução da proporção de repetentes e desistentes no ensino primário (EP1 e EP2) no período de 1998 à 2002, onde se pode ver que ao longo deste período quer a repetência assim como a desistência têm-se mantido quase constante, mostrando a prevalescência deste grande problema no seio da Educação em Moçambique.



Fonte: MINED

Embora os índices de desperdícios⁹ escolar seja influenciado por diversas variáveis sócio-económico, contudo, a decisão se o aluno repete ou passa de classe é da responsabilidade do professor. Por conseguinte, as taxas de repetências tem uma relação intrínseca com as políticas e práticas educativas.

Golias (1997) aponta para as possíveis causas de insucesso escolar:

- administração e gestão do sistema educativo: o financiamento é centralizado, salvo o salário de pessoal que é descentralizado até o nível de província.

⁹ Índice de desperdício entendido como uma forma de exprimir o rácio *input*/produto em termos de anos perdidos (em repetência ou desistência) relativo ao número óptimo de anos. (relação entre os rácios verdadeiro e ideal)

- Baixa qualidade de ensino que é decorrente de insuficiência de condições de infra-estruturas e pedagógicas para a realização do processo de ensino. Exemplo: falta de giz e de quadro, exiguidade do material escolar, etc.

Verhine e Melo citado por Juvani, 1998 deram a conhecer que o insucesso escolar é fruto da combinação de factores extra-escolares, embora estes últimos pareçam revestir especial importância sobretudo os relacionados com a organização de ensino e o poder de decisão dos professores.

A avaliação da eficácia interna do sector da educação parte geralmente do pressuposto de que todos os alunos que ingressam na 1ª classe, por exemplo deveriam completar o ciclo de EPI em cinco anos. Se isto não se verificar, se o aluno repete um ano ou abandona a escola, a média de anos/alunos necessário para a conclusão do ensino primário supera os 5 anos estipulados.

Nas condições acima descritas, o aluno necessitará de mais um ano para terminar um nível de ensino, utilizando deste modo espaço, tempo de instrução, livros e outros recursos que poderiam ser utilizados por outros alunos, novos ingressos (Juvane, 1999:6), tornando deste modo mais dispendioso o ensino.

Por exemplo, em 1999 o EPI, registou uma taxa de repetência de aproximadamente 24% que representou 495 mil alunos em valores absolutos, isto fez com que para o seu enquadramento (dos repetentes), o sistema tivesse que mobilizar no mínimo 4950 salas adicionais (1 sala para 100 alunos em dois turnos) e igual número de professores, o que se traduz em aumento de despesas por parte do Estado quer em investimento, quer em despesas corrente na educação.¹⁰

A repetência manifesta-se mais visível através do insucesso escolar de várias formas como: abandono sem qualificação ou competências reconhecidas por outros.

¹⁰ Relatório de Desenvolvimento Humano, Moçambique, 2000

A desistência, repetência (insucesso escolar) e subaproveitamento das capacidades são um problema global do sistema de educação. Estes indicadores de ensino afectam todas as províncias do país com maior destaque na zona centro (províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia). que teve um crescimento médio de aproximadamente 56% nas desistências e 49% nos repetentes no período entre 1998 e 2002. (ver tabela a baixo e anexo nº 4).

Tabela nº 4 Média de Repetentes e Desistentes por Zonas (1998 e 2002)

		1998	2002	Taxa de Crescimento
Desistentes	Norte	15,000.00	23,000.00	53.3
	Centro	18,000.00	28,000.00	55.6
	Sul	7,500.00	10,000.00	33.3
Repetentes	Norte	39,000.00	52,000.00	33.3
	Centro	43,000.00	64,000.00	48.8
	Sul	47,000.00	37,000.00	-21.3

Fonte: MINED

O retorno esperado pela formação e o custo de oportunidade de educação para as camadas vulneráveis são também causas da desistência. O ensino geral praticado no País em geral e sobretudo nas zonas rurais, não trás retornos imediatos, como era de desejar para as famílias de poucas posses.

Nas zonas rurais as desistências e repetências são também justificadas pela prática de ritos de iniciação submetidos aos jovens, tirando-os das suas ocupações estudantis para atender a esta prática.

Em termos financeiros, qualquer que possa vir a ser a argumentação das repetências, ela é ineficaz, pois eleva o custo por aluno, sem aumentar o número de graduado. Os recursos alocados a um repetente poderiam ser utilizados para a escolarização de mais crianças ou melhorar a qualidade do próprio ensino.

As repetências que se associam as desistências têm repercussões ao longo prazo nas tendências de analfabetismo de adulto, isso quer dizer que as crianças que desistem hoje, vão engrossar o número de analfabetos já existentes.

O Anexo 3 mostra o aumento anual de alunos graduados, o que se pode concluir que o ensino primário em Moçambique poderia melhorar bastante o seu nível de graduados melhorando deste modo a sua eficácia, se, se conseguisse reduzir os níveis de repetências e desistências, deixando assim de desperdiçar uma grande quantidade de recursos que poderiam ser utilizados para aumentar o número de diplomados/graduados.

O aumento de número de graduados na presença de um sistema ineficiente pode ser justificado pelo sistema habitual de classificação profissional, onde considera-se um bom professor aquele que tenha no final de ano acima de 50% de aprovações, isso faz com que muitas vezes os professores não se preocupam com a qualidade mais sim em chegar a essa meta.

As taxas actuais de sobrevivência¹¹ fazem segundo MINED (2003) com que, para se ter um aluno de ensino primário formado, o custo seja de USD 613, em vez dos USD 232 previstos¹², e devido às elevadas taxas de desistência e de reprovação, são necessários aproximadamente, em média 18 anos de dotação de recursos em vez de 7anos previstos para produzir um aluno formado no ensino primário.

¹¹ Taxa de sobrevivência entendida como percentagem de uma corte de alunos matriculados na primeira classe do sistema de Educação, num dado ano escolar, que atingem uma determinada classe ulterior

¹² Ministério do Plano e Finanças (o custo de obtenção de uma criança formada no ensino primário deve ser de USD 24.6 por aluno do EP1 vezes 5 anos + USD 54.6 por aluno do EP2 vezes 2 anos = USD 232).

5 Conclusões e Recomendações

5.1 Conclusões

Do estudo feito constatou-se de que o aumento das despesas públicas tem um grande impacto na extensão da rede escolar e do número de professores minimizando deste modo a procura por ensino no País.

Embora haja crescimento do número de professor e de salas de aulas neste nível de ensino, estes não são proporcionais ao crescimento do número de aluno, por conseguinte observa-se uma superlotação nas salas de aulas, cargas horárias excessivas para os professores, o que contribuir para a baixa de qualidade/ineficiência. de ensino

Como consequência, existe neste nível ensino de aprendizagem a prevalescência de um número elevado de repetentes e desistentes. Nas zonas rurais estas desistências e repetências são justificadas pela prática de ritos de iniciação submetidos aos jovens, que são tirados das suas ocupações estudantis para atender a esta prática.

Contudo, a pesar do sistema de ensino ineficiente, é de referir que as taxas de transição, prevalência e finalização melhoraram nos últimos anos, o que se pode concluir que o sistema está a caminhar para o alcance de eficácia.

5.2 Recomendações

Para que o ensino primário tenha eficiência e eficácia, devem serem observados melhores condições de trabalho para os funcionários do ramo, promover incentivos, enquadramento atempado nas carreiras profissionais, melhorar a tabela salarial, “acabar” com os atrasos sistemáticos na alocação de salários.

A utilização mais eficiente dos professores, ou seja, para garantir que o tempo de ensino seja plenamente utilizado, poderia-se melhorar tanto os rácios de professores/sala de aula como os rácios de alunos/professores através do aumento do número de salas de aulas e de professores. Assim, diminuir-se-á a problemática de repetências e desistências provocada pela desmotivação por parte dos alunos, uma vez que sendo muitos numa turma/sala, a concentração à aula é baixa.

O retorno esperado pela formação é também uma das causas da desistência, pois o ensino geral praticado no País em geral e sobretudo nas zonas rurais, não trás retornos imediatos, como era de desejar para as famílias de poucas posses.

Uma das formas de resolver os problemas das desistências nas zonas rurais motivados por falta de retornos imediatos seria a reactivação/introdução de ensino técnico-profissional (artes e ofícios), de acordo com as suas potencialidades regionais¹³.

¹³ Por exemplo nas zonas com potencialidades em madeira, o aluno deveria aprender a trabalhar a madeira (carpintaria).

6 Bibliografia

- (1) Banco Mundial (2000), *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*, Oxford University Press, Washington D.C.
- (2) Banco Mundial (2001), *Draft Education Poverty Reduction Strategy Paper Guidelines (Part I: Education and Poverty)*, Washington D.C., Abril, disponível em www.worldbank.org.
- (3) Banco Mundial, Relatório nº 25969-MZ (22 de Setembro de 2003), Moçambique *Análise da Despesa Pública Fase 2: Despesas Sectoriais*.
- (4) Golias, M. A qualidade do Ensino e a Política de Forlação de Professores. In Mira, Feliciano de (org) et all (1997) *Educação, Empresas e Desenvolvimento em Moçambique*. Lisboa, Pendor Editorial.
- (5) Juvane (1999) o Ingresso Escolar no Ensino Primário do 1ª grau. Reflexões e Propostas de Mudanças, Direcção de Planificação, MINED
- (6) Ministério da Educação de Moçambique, 1998. *Plano Estratégico de Educação 1997-2001: Combater a Exclusão, Renovar a Escola*. Maputo
- (7) Ministério da Educação, (22 de Agosto de 1995), *Política Nacional de Educação e Estratégias de Implementação*. Maputo.
- (8) Ministério do Plano e Finanças (MPF), Direcção Nacional de Plano e Orçamento, Direcção Nacional de Contabilidade Pública, (Maio de 1997), *Classificação Económica das Despesas Públicas*. Maputo.
- (9) Ministério do Plano e Finanças (MPF), Ministério da Educação (MINED), (Julho 2003), *A Despesa Pública com a Educação em Moçambique*.

- (10) MPF(1999), Conta Geral do Estado, 1998, Ministério do Plano e Finanças, Maputo.
- (11) MPF(2000), Conta Geral do Estado, 1999, Ministério do Plano e Finanças, Maputo.
- (12) MPF(2001), Conta Geral do Estado, 2000, Ministério do Plano e Finanças, Maputo.
- (13) MPF(2002), Relatório de Execução do Orçamento do Estado, 2001, Ministério do Plano e Finanças, Maputo.
- (14) MPF/UEM/IIPPA (1998), *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Primeira Avaliação Nacional (1996/97)*, Ministério do Plano e Finanças, Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, e Instituto Internacional de Pesquisa em Políticas Alimentares, Washington, DC.
- (15) República de Moçambique (2001), *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta, 2001-2005 (PARPA)*, Maputo
- (16) Schultz, T. W. (1961), «Investment in Human Capital», *American Economic Review*, N°51, Março, páginas 1-17.
- (17) Sousa Franco, A (1995), *Finanças Públicas e Direito Financeiro*,
- (18) Teixeira Ribeiro, J.J. (1991), *Lições de Finanças Públicas*, Capítulo 2.
- (19) UNESCO (2002), *Education for All Global Monitoring Report*, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Paris.
- (20) UNESCO(2002), *World Education Report 2000, The Right to Education: Towards Education for All Throughout Life*, Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura, Paris.

- (21) World Bank (2000). *Cost and Financing of Education: Opportunities and Obstacles for Expanding and Improving Education in Moçambique. Internal Draft*, Washington D.C., January 2000.
- (22) World Bank 2001b. *Moçambique. Análise da Gestão da Despesa Pública*. Dezembro de 2001. Região de Africa, Macroeconomia 1. Tradução da PEMR.
- (23) World Bank, 1992. *Mozambique – Second Public Expenditure Review*. December 31, 1992. Report N° 11524-MOZ. Country Operations Division, Southern Africa Department.
- (24) World Bank, 2001a. *Mozambique Public Expenditure Management Review (PEMR)*. Report N° 22985-MOZ. December 2001. Africa Region, Macroeconomics 1.

Anexo nº 1

Sectores/Instituições Prioritários Segundo o PARPA

Ação Social

Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social
Instituto Nacional da Acção Social
Comissão Nacional de Reinserção Social
Ministério para os Assuntos dos Antigos Combatentes
Direcção Provincial da Mulher e Coordenação da Acção Social
Delegação Provincial do Instituto Nacional de Acção Social
Comissão Provincial de Reinserção Social
Direcção Provincial para os Assuntos dos Antigos Combatentes

Agricultura E Desenvolvimento Rural

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Boa Governação

Judicial

Tribunal Supremo
Conselho Superior da Magistratura Judicial
Procuradoria Geral da República
Ministério da Justiça
Cadeia Central de Maputo
Centro de Reclusão Feminino
Tribunal Provincial
Procuradoria Provincial
Tribunal Judicial de Menores
Tribunal da Polícia
Tribunal Provincial do Trabalho
Direcção Provincial de Registos e Notariado
Cadeia Provincial

Penitência Agrícola

Segurança e Ordem Pública

Ministério do Interior

Administração Pública

Ministério da Administração Estatal

Direcção Nacional de Apoio e Controle

Tribunal Administrativo

Educação

Ensino Geral - MINED

Ministério da Educação

Comissão Nacional para a UNESCO

Direcção Provincial de Educação

Ensino Superior

Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia

Universidade Eduardo Mondlane

Universidade Pedagógica

Instituto Superior de Relações Internacionais

Delegação da Universidade Pedagógica

Academia de Ciências Policiais

Emprego

Ministério do Trabalho

Gabinete de Promoção do Emprego

Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional

Delegação do Ministério do Trabalho - RAS

Direcção Provincial do Trabalho

Delegação Provincial do Gabinete de Promoção do Emprego

Delegação Provincial do Inst. Nac. de Emprego e Formação Profissional

Infra-Estruturas

Energia E Recursos Minerais

Ministério dos Recursos Minerais e Energia
Direcção Provincial de Recursos Minerais e Energia

Estradas

Administração Nacional de Estradas

Águas

Direcção Nacional de Águas
Administração das Águas do Sul

Obras Públicas

Ministério das Obras Públicas e Habitação
Direcção Provincial de Obras Públicas e Habitação

Saúde

Ministério da Saúde
Hospital Central de Maputo
Direcção Provincial de Saúde
Hospitais Centrais

HIV-SIDA

Conselho Nacional de Combate ao HIV / SIDA

Anexo nº 2

Mapa A: Despesa Total nas Áreas Prioritárias do PARPA

(em bilhões de Meticals, ou de outro modo especificado)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	CGE	CGE	CGE	CGE	RE	OE Inicial
DESPESA TOTAL	9,536.0	11,484.6	15,965.6	21,415.0	25,541.4	30,481.3
Juros da Dívida Pública	483.1	340.3	118.0	474.4	1,274.0	1,176.4
DESPESA TOTAL EXCLUINDO JUROS DA DÍVIDA	9,172.9	11,144.3	15,847.6	20,940.6	24,267.4	29,304.9
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	5,906.4	6,903.9	10,794.8	13,774.1	15,663.3	19,898.5
Em percentagem do PIB	12.8	13.3	19.0	19.4	18.4	18.6
Em percentagem da despesa total	61.3	60.1	67.6	64.3	61.3	65.3
Em percentagem da despesa total excluindo juros da dívida pública	64.4	62.0	68.1	65.8	64.5	67.9
EDUCAÇÃO	1,390.8	1,798.2	3,141.2	4,874.0	4,187.5	5,212.8
ENSINO GERAL (MINED)	1,059.0	1,412.0	2,727.4	3,874.5	3,576.9	4,123.8
ENSINO SUPERIOR	331.8	386.2	413.8	999.5	610.6	1,089.2
SAÚDE	1,280.5	1,493.2	2,038.3	2,080.2	3,046.8	4,377.3
HIV/SIDA	0.0	0.0	8.0	109.7	194.9	87.2
INFRASTRUTURAS	1,399.5	1,481.0	2,489.8	3,643.4	4,106.5	3,788.4
ESTRADAS	n.e.	n.e.	n.e.	1,880.6	1,948.5	2,250.8
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	n.e.	n.e.	n.e.	1,762.8	2,158.0	1,207.9
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	539.1	584.6	993.8	707.3	1,276.8	2,344.3
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	768.9	990.8	1,243.9	1,614.9	1,782.1	2,811.3
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA (MINT)	585.7	721.9	843.3	1,047.7	1,199.7	1,379.5
GOVERNAÇÃO ¹	51.8	72.7	142.2	244.2	229.1	559.9
SISTEMA JUDICIAL	149.5	196.2	258.4	323.0	353.3	671.9
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	530.6	558.1	861.7	744.7	1,068.8	1,499.3
ACÇÃO SOCIAL ²	58.4	75.3	192.4	198.2	222.0	310.3
TRABALHO E EMPREGO	48.4	55.1	55.7	73.8	125.2	137.0
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	423.9	427.8	633.6	474.7	721.5	1,051.9
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS EM % DO PIB	3.0	3.5	5.5	6.9	4.9	4.9
EDUCAÇÃO	2.3	2.7	4.8	5.4	4.2	3.9
ENSINO GERAL	0.7	0.7	0.7	1.4	0.7	1.0
ENSINO SUPERIOR ⁴	2.7	2.9	3.8	2.9	3.6	4.1
SAÚDE	0.0	0.0	0.0	0.2	0.2	0.1
HIV/SIDA	3.0	2.9	4.4	5.1	4.8	3.5
INFRASTRUTURAS	n.e.	n.e.	n.e.	2.6	2.3	2.1
ESTRADAS	n.e.	n.e.	n.e.	2.5	2.5	1.1
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	1.1	1.1	1.7	1.0	1.5	2.2
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL ³	1.8	1.9	2.2	2.3	2.1	2.4
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	1.2	1.4	1.5	1.5	1.4	1.3
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	0.1	0.1	0.2	0.3	0.3	0.5
GOVERNAÇÃO	0.3	0.4	0.5	0.5	0.4	0.6
SISTEMA JUDICIAL	1.1	1.1	1.5	1.0	1.3	1.4
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	0.1	0.1	0.3	0.3	0.3	0.3
ACÇÃO SOCIAL	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
TRABALHO E EMPREGO	0.9	0.8	1.1	0.7	0.8	1.0
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA						
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS EM % DO TOTAL DA DESPESA (excl. Juros da Dívida)	15.2	16.1	19.8	23.3	17.3	17.8
EDUCAÇÃO	11.5	12.7	17.2	18.5	14.7	14.1
ENSINO GERAL	3.6	3.4	2.6	4.8	2.5	3.7
ENSINO SUPERIOR	14.0	13.4	12.9	9.9	12.6	14.9
SAÚDE	0.0	0.0	0.0	0.5	0.8	0.3
HIV/SIDA	15.2	13.3	15.7	17.4	16.9	12.9
INFRASTRUTURAS	n.e.	n.e.	n.e.	9.0	8.0	7.7
ESTRADAS	n.e.	n.e.	n.e.	8.4	8.9	4.1
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	5.9	5.2	6.3	3.4	5.3	8.0
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	8.4	8.9	7.8	7.7	7.3	8.9
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	6.2	6.5	5.3	5.0	4.9	4.7
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	0.6	0.7	0.9	1.2	0.9	1.9
GOVERNAÇÃO	1.6	1.6	1.6	1.5	1.5	2.3
SISTEMA JUDICIAL	5.8	5.0	5.6	3.6	4.4	5.1
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	0.6	0.7	1.2	0.9	0.9	1.1
ACÇÃO SOCIAL	0.5	0.5	0.4	0.4	0.5	0.5
TRABALHO E EMPREGO	4.8	3.8	4.0	2.3	3.0	3.8
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA						
MEMÓRIA:	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Taxa de Câmbio (média)		12,689.5	15,689.5	20,707.0	23,666.0	25,500.4
PIB nominal	46,911.8	51,913.2	56,917.4	71,134.8	85,208.0	106,750.1

Mapa B: Despesa de Funcionamento nas Áreas Prioritárias do PARPA

(em bilhões de Meticais, ou de outro modo especificado)

DE - DESPESAS DE FUNCIONAMENTO	1998	1999	2000	2001	2002	2002
	CGE	CGE	CGE	CGE	Revisto	RE
DESPESA TOTAL DE FUNCIONAMENTO	4,975.5	6,320.6	7,810.6	10,406.3	14,454.0	13,488.9
JUROS DA DÍVIDA	463.1	340.3	118.0	474.4	1,088.0	1,274.0
DESPESA TOTAL DE FUNCIONAMENTO EXCLUINDO JUROS DA DÍVIDA	4,512.5	5,980.3	7,692.6	9,931.8	13,366.0	12,194.9
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	2,274.4	3,039.7	4,116.0	5,264.2	7,093.0	8,257.6
(em percentagem do PIB)	4.8	5.9	7.2	7.4	7.5	7.3
(em percentagem da despesa total corrente)	45.7	48.1	52.7	50.6	49.1	48.5
(em percentagem da despesa total corrente excluindo juros da dívida)	50.4	50.8	53.5	53.0	53.1	51.3
EDUCAÇÃO	952.9	1,305.9	1,842.1	2,450.6	3,277.1	2,976.0
ENSINO GERAL	789.9	1,103.9	1,583.4	2,135.0	2,848.7	2,607.1
ENSINO SUPERIOR	163.0	202.0	258.7	321.8	428.4	369.7
SAÚDE	372.5	569.8	792.9	1,053.5	1,624.3	1,250.1
HIV/SIDA	0.0	0.0	6.0	0.0	0.0	0.0
INFRASTRUTURAS	105.5	41.9	129.9	59.8	77.8	154.2
ESTRADAS	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	105.5	41.9	129.9	59.8	77.8	154.2
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	114.3	144.2	153.0	175.9	210.7	166.1
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	652.4	874.2	1,041.8	1,308.4	1,665.6	1,485.9
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	516.9	691.4	797.5	988.2	1,189.9	1,069.9
GOVERNAÇÃO	30.2	40.1	56.4	88.2	119.1	116.3
SISTEMA JUDICIAL	105.3	142.7	187.9	232.0	356.6	278.8
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	76.8	103.6	150.3	209.8	237.7	224.4
ACÇÃO SOCIAL	34.1	48.2	72.7	98.1	116.0	113.1
TRABALHO E EMPREGO	25.7	33.2	46.4	65.8	71.1	67.3
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	17.0	22.2	31.2	45.9	50.6	44.0
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS EM % DO PIB	2.0%	2.5%	3.2%	3.5%	3.5%	3.5%
EDUCAÇÃO	1.7%	2.1%	2.8%	3.0%	3.0%	3.1%
ENSINO GERAL	0.3%	0.4%	0.5%	0.5%	0.5%	0.4%
ENSINO SUPERIOR	0.8%	1.1%	1.4%	1.5%	1.7%	1.5%
SAÚDE	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
HIV/SIDA	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
INFRASTRUTURAS	0.2%	0.1%	0.2%	0.1%	0.1%	0.2%
ESTRADAS	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	0.2%	0.1%	0.2%	0.1%	0.1%	0.2%
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	0.2%	0.3%	0.3%	0.2%	0.2%	0.2%
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	1.4%	1.7%	1.8%	1.8%	1.8%	1.7%
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	1.1%	1.3%	1.4%	1.4%	1.3%	1.3%
GOVERNAÇÃO	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
SISTEMA JUDICIAL	0.2%	0.3%	0.3%	0.3%	0.4%	0.3%
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	0.2%	0.2%	0.3%	0.3%	0.3%	0.3%
ACÇÃO SOCIAL	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
TRABALHO E EMPREGO	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	0.0%	0.0%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS EM % DO TOTAL DESPESA DE FUNCIONAMENTO		21.8%	23.9%	24.7%	24.5%	24.4%
EDUCAÇÃO		18.5%	20.6%	21.5%	21.3%	21.4%
ENSINO GERAL		3.4%	3.4%	3.2%	3.2%	3.0%
ENSINO SUPERIOR		9.5%	10.3%	10.6%	12.2%	10.3%
SAÚDE		0.0%	0.1%	0.0%	0.0%	0.0%
HIV/SIDA		0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
INFRASTRUTURAS		0.7%	1.7%	0.6%	0.6%	1.3%
ESTRADAS		0.0%	0.0%	0.0%	0.0%	0.0%
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS		0.7%	1.7%	0.6%	0.6%	1.3%
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		2.4%	2.0%	1.8%	1.8%	1.4%
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL		14.6%	13.5%	13.2%	12.5%	12.2%
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA		11.6%	10.4%	9.9%	8.9%	8.9%
GOVERNAÇÃO		0.7%	0.7%	0.9%	0.9%	1.0%
SISTEMA JUDICIAL		2.4%	2.4%	2.3%	2.7%	2.3%
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS		1.7%	2.0%	2.1%	1.8%	1.8%
ACÇÃO SOCIAL		0.8%	0.9%	1.0%	0.9%	0.9%
TRABALHO E EMPREGO		0.6%	0.6%	0.7%	0.5%	0.6%
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA		0.4%	0.4%	0.5%	0.4%	0.4%
MEMÓRIA:	1,998.0	1999	2000	2001	2002	2002
Taxa de Câmbio (média)		12,689.5	15,689.5	20,707.0	24,034.0	23,666.0
PIB nominal	46,911.8	51,913.2	58,917.4	71,134.8	94,493.0	85,206.0

Mapa C: Despesa de Investimento nas Áreas Prioritárias do PARPA

(em biliões de Meticais, ou de outro modo especificado)

OE - DESPESA DE INVESTIMENTO	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	CGE	CGE	CGE	CGE	RE	OE Inicial
DESPESA TOTAL DE INVESTIMENTO	1,079.1	5,164.0	8,155.0	11,008.7	12,072.5	13,913.2
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS	525.0	3,864.3	6,678.7	8,510.0	9,405.7	11,342.2
(em percentagem do PIB)	1.1	7.4	11.7	12.0	11.0	10.8
(em percentagem da despesa total)	48.7	74.8	81.9	77.3	77.9	81.5
EDUCAÇÃO	65.8	490.3	1,299.1	2,417.2	1,210.7	1,503.2
ENSINO GERAL	42.9	308.1	1,144.0	1,739.5	969.8	973.8
ENSINO SUPERIOR	22.7	182.2	155.1	677.8	241.0	529.5
SAÚDE	39.1	923.4	1,245.5	1,026.7	1,796.8	2,508.3
HIV/SIDA	0.0	0.0	0.0	109.7	184.9	56.0
INFRASTRUTURAS	267.4	1,439.1	2,360.0	3,583.6	3,852.2	3,347.9
ESTRADAS	na	896.6	644.5	1,880.6	1,948.5	2,246.1
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS	na	328.3	914.8	1,702.9	2,003.7	1,101.8
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL	30.3	440.4	840.7	531.4	1,110.7	2,044.4
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL	90.8	116.6	202.1	306.5	296.2	651.9
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA	48.7	30.5	45.7	59.4	110.6	80.0
GOVERNAÇÃO	18.7	32.7	65.8	156.1	110.6	420.4
SISTEMA JUDICIAL	23.3	53.4	70.6	91.0	74.5	151.5
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS	31.8	454.5	731.3	534.9	844.2	1,230.5
ACÇÃO SOCIAL	4.8	27.1	119.7	98.1	108.8	185.5
TRABALHO E EMPREGO	4.2	21.8	9.2	8.1	57.9	56.2
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA	22.7	405.6	602.4	428.8	677.5	988.8
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS EM % DO PIB						
EDUCAÇÃO		0.9%	2.3%	3.4%	1.4%	1.4%
ENSINO GERAL		0.6%	2.0%	2.4%	1.1%	0.9%
ENSINO SUPERIOR		0.4%	0.3%	1.0%	0.3%	0.5%
SAÚDE		1.8%	2.2%	1.4%	2.1%	2.3%
HIV/SIDA		0.0%	0.0%	0.2%	0.2%	0.1%
INFRASTRUTURAS		2.6%	4.1%	5.0%	4.8%	3.1%
ESTRADAS		1.3%	1.1%	2.6%	2.3%	2.1%
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS		0.6%	1.6%	2.4%	2.4%	1.0%
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		0.8%	1.5%	0.7%	1.3%	1.9%
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL		0.2%	0.4%	0.4%	0.3%	0.6%
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA		0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
GOVERNAÇÃO		0.1%	0.2%	0.2%	0.1%	0.4%
SISTEMA JUDICIAL		0.1%	0.1%	0.1%	0.1%	0.1%
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS		0.9%	1.3%	0.8%	1.0%	1.2%
ACÇÃO SOCIAL		0.1%	0.2%	0.1%	0.1%	0.2%
TRABALHO E EMPREGO		0.0%	0.0%	0.0%	0.1%	0.1%
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA		0.8%	1.1%	0.6%	0.8%	0.9%
TOTAL DA DESPESA NOS SECTORES PRIORITÁRIOS EM % DO TOTAL DO INVESTIMENTO						
EDUCAÇÃO		9.5%	15.9%	22.0%	10.0%	10.8%
ENSINO GERAL		6.0%	14.0%	15.8%	8.0%	7.0%
ENSINO SUPERIOR		3.5%	1.9%	6.2%	2.0%	3.8%
SAÚDE		17.9%	15.3%	9.3%	14.9%	18.0%
HIV/SIDA		0.0%	0.0%	1.0%	1.5%	0.4%
INFRASTRUTURAS		27.9%	28.9%	32.6%	32.7%	24.1%
ESTRADAS		13.5%	7.9%	17.1%	16.1%	16.1%
ÁGUAS E OBRAS PÚBLICAS		6.4%	11.2%	15.5%	16.6%	7.9%
AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL		8.5%	10.3%	4.8%	9.2%	14.7%
GOVERNAÇÃO, SEGURANÇA E SISTEMA JUDICIAL		2.3%	2.5%	2.8%	2.5%	4.7%
SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA		0.6%	0.6%	0.5%	0.9%	0.6%
GOVERNAÇÃO		0.6%	1.1%	1.4%	0.9%	3.0%
SISTEMA JUDICIAL		1.0%	0.9%	0.8%	0.6%	1.1%
OUTROS SECTORES PRIORITÁRIOS		8.8%	9.0%	4.9%	7.0%	8.8%
ACÇÃO SOCIAL		0.5%	1.5%	0.9%	0.9%	1.3%
TRABALHO E EMPREGO		0.4%	0.1%	0.1%	0.5%	0.4%
RECURSOS MINERAIS E ENERGIA		7.9%	7.4%	3.9%	5.6%	7.1%
MEMÓRIA:	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Taxa de Câmbio (média)		12,689.5	15,689.5	20,707.0	23,666.0	25,500.4
PIB nominal	46,911.8	51,913.2	56,917.4	71,134.8	85,206.0	106,750.1

1. MNEO

2. MINT

3. MAE, APOIO E CONTROLE E TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Anexo nº 3

Análise Geral do Ensino Primário (EP1 e EP2)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total Início - Total de Alunos	2,053,689.00	2,260,986.00	2,496,996.00	2,770,258.00	2,947,269.00	3,177,937.00
Total de Repetentes	522,151.00	541,353.00	569,913.00	635,191.00	683,869.00	688,390.00
Total de Desistentes	170,216.00	176,849.00	173,214.00	191,716.00	247,562.00	#VALUE!
Total de Graduados	1,242,081.00	1,415,811.00	1,582,127.00	1,762,909.00	1,912,784.00	#VALUE!
Nº de Professores	36,651.00	39,794.00	42,390.00	46,029.00	48,379.00	54,091.00
Salas de aulas	26,639.00	30,640.00	32,511.00	34,765.00	37,995.00	39,606.00
Aluno/Professor	56.0	56.8	58.9	60.2	60.9	58.8
Aluno/Sala de aula	77.1	73.8	76.8	79.7	77.6	80.2
Professor/Salas de aula	0.7	0.8	0.8	0.8	0.8	0.7

Tabela de Análise Parciais do Ensino Primário (EP1 +EP2)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
	Total	Total	Total	Total	Total	Total
EP1						
Total Início - Total de Alunos	1,884,365	2,074,709	2,278,087	2,508,854	2,644,781	2,826,362
Total de Repetentes	474,296	495,017	520,033	577,572	617,004	619,983
Total Fim - Total de Alunos	1,726,258	1,906,037	2,118,830	2,331,652	2,423,073	nd
Total de Desistentes	158,107	168,672	159,257	177,202	221,708	#VALUE!
Total Fim - Aprovados	1,146,226	1,304,034	1,453,318	1,600,733	1,721,765	nd
% de Graduados (5ª classe)	60.8	62.9	63.8	63.8	65.1	#VALUE!
Nº de Professores	31,512	34,293	36,187	38,818	40,226	44,225
Salas de aulas	26,639	30,640	32,511	34,765	37,995	39,606
Professor/Sala de aulas	0.85	0.89	0.90	0.90	0.94	0.90
Aluno/Professor	59.8	60.5	63.0	64.6	65.7	63.9
EP2						
Total Início - Total de Alunos	169,324	186,277	218,909	261,404	302,488	351,575
Total de Repetentes	47,855	46,336	49,882	57,619	66,865	68,407
Total Fim - Total de Alunos	157,215	178,100	204,952	246,890	276,634	nd
Total de Desistentes	12,109	8,177	13,957	14,514	25,854	#VALUE!
Total Fim - Aprovados	95,855	111,777	128,809	162,176	191,019	nd
% de Graduados (7ª classe)	56.6	60.0	58.8	62.0	63.1	#VALUE!
Nº de Professores	5,139	5,501	6,203	7,211	8,153	9,866
Salas de aulas	26,639	30,640	32,511	34,765	37,995	39,606
Professor/Sala de aulas	5.18	5.57	5.24	4.82	4.66	4.01
Aluno/Professor	32.9	33.9	35.3	36.3	37.1	35.6

